Portaleire
portagrei

Todas as [illegible] acompanhadas de [illegible]

A Monarquia

Diario Integralista da Tarde

Director
Conde de Monsaraz

Redactor principal
Antonio Sardinha

Propriedade da Sociedade Integralista Editora, Limitada

Escritorios e tipografia
R. de S. Paulo, 20

Impressão — Rua da Atalaia, 134

Editor — João R. Santos

Telefone: C. 1035

Os monarquicos e a situação

Numa entrevista concedida ao sr. Joaquim Leitão e publicada ha dias no *Diario Nacional*, o sr. dr. Sidonio Paes pronunciou as seguintes palavras que parecem constituir uma sintese do seu pensamento politico:

«—O 8 de dezembro era uma aspiração nacional. Estava no animo de todos. As manifestações que me fez o norte do paiz, que me fez e me faz Lisboa são a prova disso. Mas repito: não bastam. E' preciso que elas se traduzam num apoio mais eficaz. E' preciso que todos colaborem na obra a fazer. No 5 de outubro, porque os triumfadores se enebriaram com os fumos da vitoria e julgaram ter em si força suficiente, fez-se a campanha dos adesivos, e os conservadores e indiferentes afastaram-se do regimen. O 8 de dezembro quer restituir a todos a possibilidade de intervirem conforme os seus direitos na vida publica. Espero que todos aceitem o dever civico que a revolução lines proporcionou cumprir. Conspirar, ha-de conspirar-se. Ha muita gente para conspirar e ha muito dinheiro. Como dominar essas conspirações? Ajudando conservadores e indiferentes á situação. E' preciso que toda esta massa, na verdade valiosa, se una e me apoie, se quer ter uma paz interna duravel, se quer que seja possivel o trabalho. E' preciso que se faça a reconciliação da familia portuguêsa, de que deu tão patriotico exemplo a nossa gloriosa colonia portuguêsa no Brazil, que após o 8 de dezembro resolveu afixar a bandeira nacional nas agremiações portuguesas do Rio de Janeiro e outros Estados. *E' preciso que todos os portugueses prestem a sua força e o seu concurso. Como? Ingressando na republica*, é claro. E eu sinto que saberei atrai-los.—»

Nesta sintese do seu pensamento politico, o Chefe de Estado resume tudo o que disse durante a sua viagem ao norte e que tão aplaudido foi pelos conservadores. Nunca um homem publico republicano manifestou menos a intenção de ensear a nossa sensibilidade numa rede de palavras e apostrofes sonoras. O sr. Sidonio Paes não é um tribuno mas sim um homem de acção; coma tal, foi sobrio e preciso na expressão do seu pensamento.

Todavia, entre a retorica extenuante, imaginosa mas imbecil, dum Antonio José d'Almeida, e o laconismo de certos homens d'ação, ha um meio-termo util aos dirigentes da vida politica: —refiro-me a uma locução cheia de sobriedade, mas sem rigidez; sincera mas sem brutalidade; concreta e precisa, mas não tanto que corte as possibilidades duma discussão, duma revisão futura...

Ora parece-me que ha uma demasiada rigidez e uma certa rudeza nos pontos capitaes da declaração presidencial. E essa rigidez, essa rudeza, proveem duma frase que, alem de desnecessaria, é demasiado cortante, e reduz um problema politico, muito melindroso, mas não insoluvel, a um problema moral, cuja recta solução já não pode ser condicionada por circunstancias d'ordem incidental como sejam—a gravidade do momento politico e o facto de depositarmos muita confiança no sr. Sidonio Paes, antes terá de ser resolvido, tratando-se de pessoas dignas, em harmonia com as indicações inflexiveis da nossa consciencia. E essa consciencia, esse mundo moral e mental perfeitamente definido pelo conhecimento que todos temos dos nossos estados internos, esse ambiente fóra do qual a nossa dignidade e a nossa honra morrem como os peixes fóra dagua, não se modificou, nem se podia modificar, simplesmente porque numa manhã de Dezembro alguns tiros de canhão substituiram um governo por outro.

Disse o Chefe de Estado ser necessario que todos os portuguezes prestem á actual situação politica a sua força e o seu concurso... Muitissimo bem! Todos os portuguezes devem pensar e proceder em conformidade com este belo principio de politica nacional, visto todos os portuguezes estarem convencidos de que a actual situação é a melhor de que poderia proporcionar-nos o Destino na grave conjuntura em que nos encantramos.

Mas, (eis aqui a pergunta a que as palavras do sr. Sidonio Paes se apressam a responder)—como ha de efectivar-se a prestação dessa força e desse concurso? *«—Ingressando na republica, é claro,»* diz o ilustre Chefe de Estado. E assim se transforma num problema moral, repito, o que nunca deveria deixar de ser um problema politico.

*

Vejamos:

Para que deseja o sr. dr. Sidonio Paes a força e o concurso dos monarquicos portugueses a quem francamente se dirige? Decerto para poder realisar um objectivo que ele julga interessar aos monarquicos, que está dentro das leis necessarias da sensibilidade e da mentalidade monarquicas, e nunca para atingir um fim que repugne a essa sensibilidade e a essa mentalidade. —Esse objectivo, esse fim, não pode ser outro senão o bem da Patria, a tranquilidade da Patria ameaçada pelo democratismo, a integridade da Patria ameaçada pelo inimigo exterior, a unidade da Patria posta em perigo por um regimen iniquo de violencias e de roubos. Este objectivo, este fim, interessa directamente e apaixonadamente aos monarquicos. Eles não devem, entendo eu, recusar ao sr. Presidente da Republica o apoio e o concurso de que precisa para atingi-lo.

Mas, pergunta-se, como ha de ser prestado esse apoio e esse concurso? Eis o problema politico. E' melindroso, é capital. Para resolvê-lo, porem, não precisamos de sair do campo politico. Nem, para buscar e formular a maneira de resolvê-lo, se tornaria necessario que o sr. Sidonio Paes forçasse a sua psicologia de homem de acção usando os circumloquios e os eufemismos de qualquer tribuno eloquente. E assim, duma maneira concreta e precisa, S. Ex.ª diria ao sr. Joaquim Leitão: «—A forma como os monarquicos me podem dar a sua força e o seu concurso é muito simples: por um lado, auxiliando-me nas *revoluções* e nas *eleições* contra um inimigo que nos é comum; por outro lado, não me recusando, sempre que eu preciso delas para a obra reformadora que vou empreender, a colaboração dos seus valores, das suas competencias...—»

Creio que a primeira forma do concurso desejado é muito facil de obter. A segunda tambem:—na certeza de que á medida que o sr. Sidonio Paes utilisasse a colaboração competente, e individual, de monarquicos, mais resoluto e firme sentiria á sua volta o apoio coletivo dos monarquicos... Pode s. ex.ª estar certo disso! E teria resolvido, *politicamente*, este melindroso e importante problema politico.

*

Mas se, ao invez do que acima supuz, *o objectivo politico do sr. dr. Sidonio Paes, em logar de respeitar as leis necessarias da sensibilidade e da mentalidade monarquicas, repugnar fundamentalmente a essa sensibilidade e a essa mentalidade*; se a acção directiva de s. ex.ª tem por fim dominante, não a paz, a segurança e o progresso do país, que interessam a todos,—mas qualquer coisa que não interessa a muitos como seja, por exemplo, o robustecimento da republica—, neste caso, claro está que nem o sr. dr. Sidonio Paes poderá pedir a força e o concurso dos monarquicos, nem os monarquicos poderiam honestamente prestar-lhos. Nem é mister perguntar-se, em tal conjectura, *como* é que nós deveriamos dar força e concurso ao ilustre Chefe do Estado. Essa pergunta só teria, na verdade, a resposta que se contem na citada declaração de s. ex.ª: *—ingressar na republica*, por isso mesmo que «ingressar na republica» corresponde justamente ao desejo, á vontade de robustece-la.

Não é preciso ter a categoria moral e mental do sr. dr. Sidonio Paes para se ver que só um forte desvio da sensibilidade levaria os monarquicos a trairem o objectivo sagrado da sua actividade politica. Podem eles pôr incidentalmente de parte esse objectivo, podem as circunstancias impôr-lhes uma longa tregua na sua luta em favor da Realeza, podem eles supôr-se obrigados a servir a Nação sob regimen republicano e na subordinação directa do Estado:—mas nada os autoriza, nada lhes aconselha, nada os obriga, a adormecerem hoje como monarquicos para acordarem ámanhã como republicanos.

Numa palavra:—o sr. dr. Sidonio Paes afirmou que desejava a colaboração de *todos os portugueses*; e os monarquicos, que são portugueses, lealmente se prestam a ser seus colaboradores. Mas o sr. dr. Sidonio Paes afirmou depois desejar que todos os seus colaboradores *sejam republicanos*; e os monarquicos, que não são republicanos, sentem que, nesse caso, não podem ser colaboradores do sr. dr. Sidonio Paes.

Não ha nada mais simples nem mais claro...

João do Amaral

O nosso aniversario

Agradecemos, muito penhorados, aos nossos presados colegas «Diario Nacional» e «Diario de Noticias» as amaveis referencias e as bôas palavras de estima que nos dirigem a proposito do aniversario do nosso jornal.

Registamos do «Diario Nacional» a sua local de hoje, que muito nos confunde e desvanece:

«O nosso presado collega «A Monarquia», o denodado orgão do Integralismo Lusitano, entrou no dia 12 no segundo ano da sua publicação.

E' «A Monarquia» um dos mais brilhantes jornaes portuguêses, reunindo na sua redacção e entre os seus colaboradores uma pleiade de jornalistas e publicistas de excepcionaes predicados de talento e de ilustração.

Grandes teem sido os seus serviços á causa monarquica e fazemos votos por que «A Monarquia» possa continuar a prestal-os n'um futuro de largas prosperidades.»

—

VIANA DO CASTELO, 12.—Vivas saudações aniversario jornal fazendo fervoroso acto fé restauração patria doutrinas integralistes.

Delegação Municipal.

—

VIANA DO CASTELO, 12.—Junta escolar sauda movimento integralista dia aniversario publicação «Monarquia».

—

VIANA DO CASTELO, 12.—Saudo fervorosamente «Manarquia» aniversario sua publicação.

Artur Santiago Maciel Costa.

—

Monarquia

Lisboa:

Abraço-vos na passagem primeiro aniversario nosso querido jornal.

Luís Braga.

Democraticos com mando!...

Continua como comandante militar da Ilha da Madeira, cargo de confiança do governo, o sr. coronel Souza Rosa *que foi para esse referido cargo nomeado pelo sr. Norton de Matos que para isso instou com o agraciado alegando que* **só lá queria pessoa da sua absoluta confiança.**

Alguns amigos nos teem escrito e procurado para que perguntemos se, dadas as ligações ou *afenidades* do sr. Souza Rosa com o partido democratico e com a formiga e atendendo a factos passados em 8 e 9 de dezembro de 1917 que patentearam a gratidão e simpatias democraticas desse militar, não constituirá uma imprudencia continuar esse senhor num cargo de responsabilidade e confiança inegaveis.

A lista dos atentados?

A proposito da famosa lista encontrada no cofre do sr. Afonso Costa no Banco Lisboa & Açores, o sr. João Chagas, em carta a um jornal, diz que nada pode explicar, mas apenas o ex-presidente do conselho. E se este o não tem feito,—«é por estar encarcerado e incomunicavel numa fortaleza...»

Ele seria tão interessante conhecer-se toda a historia da lista dos atentados, que, para colhermos as declarações do sr. Afonso Costa, anceiamos que lhe seja levantada a incomunicabilidade e... e não se nos dava até que o governo lhe concedesse a liberdade provisoria...

Adesões

Continuam a acumular-se na nossa mesa as cartas de adesão. Ainda agora vamos na publicação de recebidas em outubro e novembro. Desculpem-nos os nossos amigos a demora, que é a consequencia da nossa falta de espaço.

Outra greve

Uns mil e quinhentos empregados das obras da exploração do porto de Lisboa, incluindo o pessoal dos escritorios, declararam-se hoje depois do meio dia, em greve, a fim de obterem o augmento de salarios, que desde ha muito vinham reclamando.

Os grevistas nomearam varias comissões de vigilancia que ao mesmo tempo guardam todas as dependencias da exploração, não sendo por esse facto necessaria a intervenção da força publica.

O «comité» dos grevistas está em sessão permanente na séde da sua associação na rua de S. Paulo.

A' hora a que escrevemos deve ter-se reunido o conselho de administração do porto de Lisboa, a fim de se ocupar do assumpto.

Pedido justo

O sr. governador civil solicitou do governo que o milho adquirido na ilha de S. Miguel e destinado ao abastecimento daquele distrito seja isento do respectivo pagamento no navio que para ali o conduzir.

A' venda nas livrarias

OUTRO MUNDO

Lembranças da Terra & dos Homens

POR

Hipólito Raposo

1 vol. 600 réis

A greve dos correios

Consta que o governo atendera as reclamações formuladas pelo pessoal dos correios e telegrafos, reclamações que não foram atendidas pelo governo transacto, por ocasião da greve daquele pessoal.

As miserias do "front"

O nosso prezado colega *Diario de Noticias* não podia apresentar-se mais rudemente ironico, no proprio dia de Carnaval...

Alguem que, por motivos especialissimos se oculta sob trez asteriscos, falando sobre a personalidade do tenente Grilo, vem revelar-nos pequeninas miserias passadas no *front*, cometidas contra o brio, contra a bravura, contra a honra dos nossos soldados...

Ao lermos o artigo revelador de crimes no *front*, enchemo-nos de indignação, embora, confessemo-lo com certa amargura, não nos surpreendam já escandalos e miserias em França, desde que os *carapins* se criaram e o sr. Almada Negreiros começou a fazer chalaças sobre o sacrificio augusto, o sangue derramado, o heroismo excepcional dos nossos bravos soldados.

As nossas tropas expedicionarias saiam de Lisboa, all do Terreiro do Trigo, quasi a ocultas, como se fossem praticar um crime, ou como se houvesse vergonha em mandal-os para França, quando o seu caminho estava naturalmente traçado para Africa, onde eles, de certo, em massa, em melhores condições, haviam de resistir valentemente aos alemães, e derrotal-os, e conservar a nossa integridade colonial...

Mas os *pais da patria* e os *defensores da republica* entenderam que para Africa haviam de mandar os soldados mais fracos, e esses sem um navio de guerra que os auxiliasse, sem meios de comunicação, e para França a nossa melhor mocidade, os homens de mais saude.

Mas para que se desse um equilibrio entre os soldados que partiam para as colonias e os que partiam para França, negaram aos primeiros os auxilios indispensaveis, e aos ultimos, atiraram-lhes á perna o sr. Almada Negreiros, e começaram a fazer da sua vida uma miseravel opera-bufa, como se eles estivessem não num *front* com o inimigo pronto a atacá-los, a exterminá-los se o conseguissem, mas numa feira, onde brincassem ao pim-pam-pum...

Já um jornal evolucionista da Beira, evolucionista, reparem bem, um oficial descrevera certos crimes e vergonhas decorridas no *front* e preparadas pelos democraticos que *fizeram o sacrificio extraordinario da nossa entrada na guerra*. E esse oficial escreveu estes periodos justamente indignado:

«—Ha de fazer-se um dia a historia do nosso papel na guerra.

Se esse dia não estiver muito a dentro do futuro, muitos mariolas hão de ser enforcados pela sanha de um povo escarnecido; mas a justiça ha de brilhar para a brava legião das trincheiras, gloria da Raça, esperança do Porvir se Deus a fôr protegendo.»

.....

«Os desejos de Norton de Matos não são tidos em bôa conta por Deus e nós havemos de voltar ainda, ou muitos ou poucos, dos campos das batalhas onde ele teve medo de ir.

E esperem então pelo resurgimento de Portugal, que ha de dar-se, custe o sangue que custar.»

Leram?

Mas vamos ao artigo inserto terça-feira de carnaval, ironia amarga, no nosso presado colega *Diario de Noticias*.

O articulista que se oculta sob tres asteriscos descreve a noite de Santo Antonio de 1917. Os alemães atacam a primeira linha, depois atacam a segunda. Pedem auxilio da artilharia. Mas a artilharia 2 conserva-se calada, e os soldados da artilharia 7 estão encostados ás peças donde não sai uma só granada...

Recortemos textualmente estas palavras do artigo do *Diario de Noticias*:

«O meu major chora como uma criança; desgrenhado, atravessa a passos largos a sala, parece-me que vai caír. Só lhe ouço estas exclamações: «E não lhes podemos valer!» Vejo-o aproximar do telefone e dizer: «Deem-me a minha demissão! Não posso ver morrer camaradas e soldados portugueses sem lhes poder acudir!».

A resposta!... A resposta não a direi agora. Deixemos terminar a guerra.»

Que resposta foi essa? Que vilania a ditou? Que traições oculta?

Não é ocasião para a revelar. O articulista assim o julga. Faz bem. Depois descreve-nos o enterro do tenente Grilo, *que deve ter sido coberto com a bandeira da nossa aliada*... Não havia então uma tira, ao menos, da bandeira portuguesa? Por acaso o tenente Grilo e como ele todos os valentes que morreram em França, oficiais e soldados, não merecia ser levada á sepultura coberto com a bandeira portuguesa?

A resposta, parece-nos, não é tambem para agora.

Vejamos ainda este ultimo periodo:

«O seu cadaver (do tenente Grilo) foi aspergido bem como o coval onde repousa, por um padre português que tendo-se inutilizado no «front» regressou a Portugal *não lhe dando o estado nem a residencia, nem o registo paroquial de que se apossara quando ele partira como capelão* e onde protestara contra o facto dos cadaveres dos soldados portugueses serem cobertos com uma bandeira estrangeira!»

Mas esperemos como disse um oficial num jornal evolucionista, pela justiça vingadora de muitos mariolas...

Esperemos por esse dia.

A crise madeirense

De ha muito, para não dizer desde sempre, que a Madeira, a mais formosa e rica das ilhas Portuguêsas, sofre o abandono e o esquecimento a que a metropole, como mãe descaroavel, a votou.

Porem esse desleixoso e inexplicavel abandono e desinteresse vincadamente se acentuaram desde a hora malfadada em que a insensatez dos governantes democraticos comprometeu a Nação, sem a consultar e contra os seus sentimentos de então, neste pavoroso confito em que a Europa se debate.

Até á hora do nosso rompimento com a Alemanha quotidianamente os grandes vasos de guerra e navios mercantes britanicos alluiam ao porto do Funchal a fornecerem-se de carvão, agua e viveres, atenuando em parte os grandes transtornos que a guerra trouxera ao comercio local.

Contudo desde que o sr. Rosen, ministro plenipotenciario do Imperador Guilherme II em Lisboa, recebeu do governo afonsista os seus passaportes, na mesma hora em que o ministro alemão transpunha as fronteiras portuguezas, a Inglaterra, a nossa amiga e fiel aliada, pelo seu almirantado ordenava que a sua navegação se afastasse das aguas do arquipelago da Madeira, consideradas como perigosamente infestadas de submarinos!

Nesse momento começou verdadeiramente para a Madeira a situação critica e a crise pavorosa que dia a dia se acentuou pela inepcia e banditismo dessa horda de scelerados que até a jornada doParque Eduardo VII, nos oprimiu e esmagou. Nos tempos da monarquia a Madeira vivia do seu esforço, das suas riquezas tão mal aproveitadas, do seu comercio com o estrangeiro.

Desde que a republica triunfou nesse calamitoso 5 d'Outubro de triste memoria a desgraçada Ilha caiu nas mãos do democratismo que procurou por todas as formas saciar a sua desmesurada ambição e a sua voracidade. Apareceu a *celebre Junta Agricola* que foi um rendoso feudo do não menos *celebre* Visconde da Ribeira Brava—que se eclipsou miraculosamente desde o 8 de dezembro e que bom seria procurar—Essa Junta Agricola, como as demais *Juntas* que abundam na Madeira, foram verdadeiros *pinhaes da Azambuja*.

Para a Junta Agricola contrairam-se emprestimos, criaram-se onus pesadissimos e como resultado positivo existe um *deficit*, uma divida colossal... Mas isto foi um incidente que casualmente nos desviou um pouco do rumo que desejavamos seguir.

Por varias vezes, no regimen republicano os madeirenses, luctando com mil difficuldades, reclamaram do governo central providencias e sempre as suas justissimas reclamações obtiveram como resultado vagas promessas e um criminoso silencio e absoluto desemporte. Mais que em nenhuma outra parte as classes operarias, as classes trabalhadoras sofrem privações colossaes, luctam com a miseria mais horrorosa, sem meios para adquirirem o que lhes satisfaça as primeiras e inadiaveis necessidades.

Não ha trabalho, não ha viveres, a vida triplicou, mesmo quatroplicou o custo e essa crise que a inepcia criminosa da democracia provocou e acentuou, cada vez ameaça mais tornar-se medonha e capaz de levar a consequencias incalculaveis, como sucede na alucinação da fome e da miseria mais negras. Entramos na guerra europeia porque um dia o sr. Leote do Rego em grande aparato belico apresou todos os vapores alemães que haviam confiantes pedido azilo no porto de Lisboa. Não iremos agora discutir factos consumados. Só temos que arcar com as consequencias e acima de tudo saber presar o renome da Patria. O caso é que tivemos algumas dezenas de bons barcos da marinha mercante e que o governo democratico especulou com essa fortuna que de um momento ao outro entrava para a Patria, em circunstancias criticas para o nosso comercio. Esses vapores que deviam assegurar as comunicações e o comercio com as ilhas e com as colonias foram cedidos á Inglaterra na quasi totalidade e assim a Madeira, mais que qualquer outra das possessões portuguezas tem o seu comercio paralisado, sem poder exportar os seus vinhos, as suas industrias de bordados e de vimes, está reduzida á incerta carreira do *S. Miguel* mensalmente, luctando com a falta de trigo e de milho, que se detriroram nos portos da Africa onde ha largos mezes esperam transporte.

Falta tudo para a vida de todos os dias. De quando em vez um dos vapores da Empreza Nacional arriba, *casualmente*, ao Funchal com algumas toneladas de cereaes e é o que tem providenciado em parte essa situação angustiosa.

A produção da Ilha não chega para a população, já muito densa.

Os estrangeiros que abordavam áquelas paragens desapareceram com a falta de vapores e com estes os rendosos lucros. A' crise do trabalho junta-se a crise das subsistencias. E' necessario que o governo olhe com todo o interesse e urgencia, com a justa atenção para aquela terra, é preciso que olhe *com olhos de mãe* e não com olhos de madrasta.

E' forçoso que se estabeleça uma carreira de navegação, alem do S. Miguel para facilitar a vinda do milho africano, do gado dos Açores, a exportação do vinho para o continente, de onde com mais facilidade seguirá para os seus mercados.

Haviam em tempos não remotos *encommendas postaes* da Madeira para a Africa. Até essas o governo democratico suprimiu sem atender aos enormes transtornos e complicações que essa estupida medida trazia ao comercio e a particulares.

Depois, os preços das passagens e os fretes de carga tomaram proporções tão exorbitantes que assumem quasi a categoria de *roubo legal*.

Na administração interna do arquipelago o democratismo olhava sómente ao seu interesse e conveniencias partidarias de modo que as irregularidades são incalculaveis.

Não ha parlamento—como se o parlamento servisse de alguma coisa!—e assim é necessario que de alguma forma se clame justiça. Justiça, atenção, escrupulo chamamos aqui, desta tribuna, bem alto e bem veementemente para que o governo, que se propõe *regenerar* e *salvar* a Patria, não comece por esquecer abandonada, no seu abandono de sempre, a ilha da Madeira.

Ainda ha barcos ex-alemães.

Que o governo ceda um ou dois desses barcos para o serviço e comunicações da Madeira com os portos de Africa e com a metropole.

E' uma medida acertada e justa.

A *Junta Provincial do Integralismo Lusitano na Madeira* assim o alvitrou á Associação Comercial, que logo trabalhou nesse sentido junto do governo, então democratico, sem nada conseguir. E' agora uma boa ocasião de demonstrar que *os homens já não são os mesmos*.

Atenda o governo ás necessidades imperiosas, á crise medonha da ilha da Madeira, solucione esse problema e proceda ás necessarias medidas, porque de contrario as consequencias podem ser nefastas.

Como se as calamidades que pesam sobre a Madeira não bastassem, já por duas vezes a cidade do Funchal, quasi desguarnecida e indefeza, perante as maquinas de guerra modernas, foi bombardeada.

Até ao presente as providencias não teem passado do vago campo das promessas. Urge que o governo solucione imediatamente, atendendo, como é seu dever, a tudo quanto lhe compete solucionar e providenciar. Se de hora ávante prevalecer o mesmo silencio, o mesmo criminoso indiferentismo, então ao governo actual caberá toda a responsabilidade de quanto venha a suceder.

Alfredo de Freitas Branco

Lei da Separação

Foi aprovado o decreto que modificou aquela lei

No conselho de ministros, de ontem, foi aprovado o decreto que introduz algumas alterações na lei da separação das igrejas do Estado

Deve ser publicado na proxima segunda-feira.

Segundo «A Capital», o diploma é precedido dum relatorio magnificamente elaborado, expondo as razões que havia para alterar a lei, em presença das reclamações justas dos crentes.

Assim, segundo o mesmo jornal, as cultuais desaparecerão, sendo os templos, sem excepção, entregues aos fieis.

Ha uma unica restrição: os templos onde, ao fim de tres anos, não houver culto, voltarão para a posse do Estado.

Tambem acabará o beneplacito. O governo actual procede assim em obediencia aos principios de liberdade, contrarios á censura prévia.

Quer os padres, quer os bispos, ao fazerem as suas publicações sobre materia religiosa apenas são obrigados a mandar um exemplar aos delegados dos procuradores da Republica, ficando, portanto, sujeitos á sanção dos tribunais.

Acabam as pensões, sendo substituidas por uma subvenção, que será calculada sobre a congrua e pé de altar. Aos padres pensionistas será aberto um novo praso para eles declararem se querem ou não aceitá-la.

Os padres poderão usar habitos talares.

A viagem do sr. Sidonio Pais ao Sul

Partiu hoje, ás oito horas, para o Sul, o sr. presidente da Republica.

Recebemos um amavel convite para um dos nossos redactores acompanhar na viagem o sr. dr. Sidonio Pais, ao qual não pudemos atender porque... só cinco horas depois da partida do comboio é que o correio nos entregou a carta de convite...

Os nossos amigos na guerra



Alfredo de França Doria Nobrega

ALFERES DE INFANTARIA

A conspiração democratica

Foram ontem presos os srs. coronel Pereira Bastos e capitão de fragata Salazar Moscoso, acusados de estarem implicados no movimento revolucionario que os democraticos preparam contra o governo,

O caso Bolo

O ministerio publico pede para Bolo e para Cavallini a pena de morte

PARIS, 19.—Processo Bolo:—O tenente Mornet pronuncia a sua requisitoria, começando por pedir para Bolo a pena de morte, acrescentando que julga util colocar o debate sob os auspicios do direito puro e explica quaes são os elementos de acusação: inteligencia com o inimigo.

O que se tratava de fazer pela Alemanha na guerra atuel era atuar por todas as formas sobre os sentimentos das populações francêsas, explorando-as, não o tendo, porém, conseguido. A Alemanha para isso procurava e encontrou aventureiros da politica e da finança, e muitos outros que seria longo enumerar aqui. O tenente Mornet descreve a largos traços a existencia aventureira de Bolo e explica que, no momento em que rebentou a guerra, Bolo não hesitou em tomar conta de um papel no primeiro plano vasto da intriga de que a Alemanha possuia os fios, justamente quando acabava de obter a confiança do khedive.

Falando da cumplicidade de Cavallini, atualmente preso sob a acusação de traição, o ministerio publico pede ao conselho de guerra que o condene, por contumacia, Cavallini á pena de morte. O tenente Mornet examina em seguida o caso do advogado Porchere, instrumento da traição de Bolo, e pede tambem a sua condenação, deixando ao conselho o cuidado de apreciar em que medida deve ser punido. Justifica depois as suas cargas de acusação e declara que o caso Bolo é um caso de traição dos mais graves que teem amiaçado a Patria! E crê que, perante a evidencia das provas que compromete Bolo, a convicção do conselho está feita; em seguida, evocando a recordação dos milhares de mortos que se sacrificaram pela salvação da Patria, diz que, em presença de tal sacrificio, um homem que recebe dez milhões não pode ser objecto de indulgencia alguma. Termina, pedindo pela ultima vez que Bolo seja condenado á pena de morte.